

A Formação De Governantes

Fábio Konder Comparato(1)

Ao aceitar a honrosa incumbência de inaugurar este curso, decidi, ao invés daquilo que foi anunciado (2), tratar de um assunto que representa o maior paradoxo atual da educação brasileira . Não existe tarefa mais importante para a educação brasileira do que a formação de governantes. No entanto, ela é uma tal novidade no panorama educacional brasileiro que, ao falar sobre o tema, é preciso começar por justificar a formação de pessoal dirigente político.

Afinal, por que formar governantes? Vou me ater a duas razões principais e procurar desenvolvê-las numa primeira parte. Numa segunda parte, vou tentar, com base nessas reflexões sobre a justificativa de formação de governantes, dar uma idéia do método que deve ser seguido para o exercício dessa tarefa educacional. Por que formar governantes? Em primeiro lugar, porque o governo é o principal órgão de funcionamento da sociedade. Em segundo lugar, porque as tarefas de governo são as mais complexas que existem em qualquer sociedade. O governo é o principal órgão de funcionamento da vida social. É preciso não esquecer que a etimologia nos indica a verdadeira orientação da atividade governamental. Governo vem do grego "Kubernesis", que significa "piloto". O governante é realmente um piloto. O piloto numa nave qualquer, é sem dúvida importante. A trajetória, o rumo e a maneira de conduzir o veículo dependem do piloto.

Mas é preciso reconhecer que a orientação da viagem não é dada pelo piloto. Ou seja, o governante não pode nunca substituir o povo na indicação do tipo de sociedade que deve ser construída. Essa é uma verdade que pode parecer banal, mas também por regimes oligárquicos como é, até hoje, o regime político brasileiro. No regime político brasileiro, não é a maioria do povo que da a orientação do governo. É sempre a minoria. Até agora, todos os nossos esforços foram vãos no sentido de tornar as eleições mais autênticas e mais expressivas da verdadeira vontade popular e das necessidades populares. Estamos caminhando nesse sentido. Mas, para encontrar o resultado, é preciso entender esta grande verdade: o governante é servidor do povo.

Sem dúvida, durante todo o seu mandato ele tem autonomia de decisão, porém respeitando a vontade fundamental do povo, que é a indicação dos grandes objetivos a serem conseguidos pela atividade política. E justamente nesse particular reconhecemos uma grande carência na organização institucional brasileira. Há pouco, falei sobre as eleições. Mas nenhum desses exercícios de expressão da vontade popular indica, com precisão, quas são as metas a serem atingidas. As grandes decisões fundamentais não são pedidas ao povo e, até hoje, constitui uma grande novidade o funcionamento desses mecanismos de democracia direta, que são a autenticidade do regime democrático, o referendo, a iniciativa popular, o plebiscito. Devo dizer que a atividade da Assembléia Legislativa de Minas é, nesse particular, uma orientação digna dos maiores êncômios, porque aqui se iniciou um movimento moderno, que corresponde às grandes exigências do funcionamento democrático, e que consiste na organização de seminários para a orientação do legislador a respeito das grandes opções a serem tomadas em qualquer política governamental. De qualquer maneira, se o governante, como piloto, não escolhe o rumo a ser seguido, mas guia, sem dúvida, com autonomia, a nação, a sociedade, é preciso afastar um outro tipo de confusão, que tem estado muito em moda, em função de um liberalismo mal interpretado. Ele consiste em dizer que a função do governante é se esconder, é se reduzir ao mínimo possível, é se limitar às tarefas de mera administração. Ora, para aqueles que conhecem a realidade política, a história política e o próprio sentido das palavras, reduzir o governante a mero administrador é praticar uma diminuição vital na sua essência de homem público, de homem político. O administrador, como a própria palavra indica, é aquele que executa, é o que vem em segundo lugar, é o "ad minus", ou seja, ele obedece sempre a uma orientação que, no caso, é necessariamente uma orientação política. As tarefas de administração, como os juristas bem sabem, limitam-se à conservação, à preservação, mas não é o administrador que toma a iniciativa das grandes transformações; não é ele que dirige o grupo para alcançar objetivos maiores. O administrador é o grande executivo governamental, nada mais do que isso. Mas, se o governo é o principal órgão de funcionamento na vida social, as tarefas de governo são as mais complexas que existem na sociedade. Nesse particular, pode-se fazer uma outra comparação, também muito instrutiva para os futuros dirigentes da Escola do Legislativo, para aqueles que vão pilotar esse curso que se inicia hoje.

O governo é como um cérebro na sociedade. Ora, as tarefas cerebrais são basicamente três. Em primeiro lugar, aprender, conhecer e saber pela experiência ou pela reflexão, acumulando o saber. Ou seja, é preciso ter sempre uma memória daquilo que se aprende e daquilo que se experimentou. Um governo que se limita a ditar ordens, a fixar diretrizes e que nunca está pronto para aprender com o povo e para enxergar a realidade é um cérebro que funciona mutilado. Vemos sistematicamente nas várias áreas de governo no Brasil essa tendência nefasta, não só a de ditar ordens, como se os governantes tudo soubessem de antemão, mas também e principalmente a de não manter uma memória de governo. Cada nova equipe governamental que assume o exercício de funções se vê diante de um certo vácuo. Há poucas pessoas capazes de transmitir às novas formações governamentais a experiência do passado e as lições que foram aprendidas por aqueles que saíram do Governo. Isso não ocorre apenas no Governo Federal, e sim em todos os níveis governamentais. Mas, de modo mais dramático, isso vem ocorrendo ultimamente no que diz respeito à gestão dos negócios econômicos e financeiros. Cada equipe governamental nova tem uma nova fórmula e não conhece e não tem a menor idéia daquilo que foi feito no passado de bom ou de mau. Sobram alguns heróis, que são justamente os altos funcionários da administração, que permanecem quando os governos desaparecem. São esses os únicos que carregam a memória do governo.

O cérebro não tem apenas a função de aprender, de saber, de enxergar a realidade e de tomar conhecimento da vida. Ele tem também a função de julgar os dados que são transmitidos pela experiência. Julgar não só analisando racionalmente, mas, também e sobretudo, apreciando eticamente. A função cerebral não é apenas racionante. Ela é também julgadora em função de valores. Nós não somos apenas um mecanismo de raciocínio frio. Somos, também e principalmente, órgãos capazes de uma educação à convivência social e capazes de uma inserção harmônica ou tempestuosa no contexto da vida social. É esta também uma função eminente do governo. Ele não pode apenas e tão-somente tomar conhecimento dos dados estatísticos que lhes chegam. É preciso saber raciocinar sobre esses dados, analisá-los e também sentir a realidade social de acordo com os grandes valores éticos. Hoje, pode-se dizer, há uma fórmula simples para guiar o governante nessa tarefa delicada de julgar eticamente os acontecimentos. Essa fórmula se traduz pelo catálogo dos direitos humanos. É essa a cristalização da sabedoria ética da humanidade.

O governante que dispensa esse catálogo ou que simplesmente o declama de modo retórico e vazio é como um comandante sem bússola. Ele não sabe para que rumo deve dirigir a sociedade. Está perdido. É preciso reconhecer que hoje a prevalência dos direitos humanos, sobre toda a orientação governamental como norte a guiar os dirigentes políticos, tem sido contestada, não de maneira aberta, mas de maneira tortuosa e velada.

Há uma certa ideologia política que entende que os direitos humanos nada mais são do que uma perfumaria que se encontra nas Constituições, nas cartas políticas, para que tudo isso tenha uma apresentação adequada. Mas não é isso que deve guiar os governos.

O governo pode até mesmo colocar acima do homem as realidades materiais; pode tudo sacrificar em prol da estabilidade monetária. Não há sacrifício que baste para que o País se apresente, de maneira incontestável, como um país de boas finanças, de economia sadia. O povo pode definir, pode acabar morrendo aos poucos. Mas não é isso que importa. O que importa é a boa apresentação da economia, como se ela não fosse humana, como se ela tivesse algo a ver com os teoremas da matemática, mas como se não tivesse nenhum contato com a realidade dolorosa, sorridente, esperançosa ou melancólica na qual nos encontramos neste momento.

O governante, portanto, deve, em primeiro lugar, conhecer e, em segundo lugar, julgar. Essa tarefa de julgar é indispensável. Ninguém fará isso no lugar do governante, e é justamente quando ele se recusa a esses julgamentos éticos que começa a ser banido da consciência da sociedade civil, e outras soluções são buscadas para cobrir essa lacuna.

Depois desse conhecimento, depois desse julgamento, vem a terceira fase, também indispensável, de toda a atividade política: a decisão. Aquele que não gosta de tomar decisões não deve entrar para a política. Ele se enganou. Não é esse o seu caminho. Ele pode ser um grande pesquisador, pode ser um excelente conselheiro, um fiel administrador, mas é um fracasso como político.

O político é o homem que tem a vocação e a profissão das decisões e, portanto, é aquele que não hesita em tomar decisões, sabendo que toda ela é um risco. Não há sequer uma decisão política que possa agradar a todos. A decisão política é uma escolha, uma opção e não o resultado de um raciocínio matemático, não um silogismo. E, como toda escolha, ela, muitas vezes, é dolorosa. É preciso assumir o risco de errar, mas com a consciência tranqüila, porque o que se decidiu foi baseado em todas as informações disponíveis e com a melhor orientação ética.

Temos, então, nesse processo da atividade política, três fases, que podem estar imbricadas umas nas outras, mas que são muito importantes.

É preciso conhecer a realidade, é preciso julgar, é preciso decidir. O processo decisório, no entanto, é muito complexo. Não cabe numa exposição inicial, é claro, dar todas as peculiaridades desse processo. Sugiro até que, no futuro, esta seja uma aula própria de um curso sobre decisão política.

Diria apenas que o processo decisório deve sempre atentar para certas exigências internas da maior importância, como da necessidade de se ouvirem não apenas os especialistas, mas também aqueles que vivem o problema. Sentir com a sua presença, nos locais onde isso se faça necessário, o que está acontecendo.

Esse entendimento não é apenas uma questão de raciocínio, não é uma questão intelectual. Os intelectuais, muitas vezes, são muito tardos em entender. Eles têm uma dificuldade enorme em entender problemas populares. É preciso entender com o coração, é preciso entender com uma certa sensibilidade humana. Devemos, sim, ouvir os especialistas, mas não seguir os especialistas. Isso pode parecer um paradoxo, mas é apenas uma aparência, pois o político é o único que tem a responsabilidade de enxergar a totalidade. É ele que tem que enxergar a política, e não apenas a discernir as árvores que compõem a floresta.

Quando os senhores estiverem na posição de decisidores, verão que naturalmente os diferentes "lobbies", os diferentes especialistas, convocados ou não, vão lhes trazer várias soluções. Cada uma dessas soluções é parcial, não se dirigem ao todo. Só o político é que pode fazer a síntese, porque ele sabe perfeitamente que na vida não existem questões exclusivamente financeiras, exclusivamente sanitárias, ou exclusivamente energéticas, mas que tudo isto está composto numa totalidade que representa a vida humana e a sociedade.

Portanto, quando a decisão política se orienta exclusivamente por um dos aspectos da realidade, o risco de erro cresce exponencialmente. É perfeitamente possível equilibrar um orçamento aumentando-se os impostos, por exemplo. Os quais as consequências econômicas, as consequências sociais, quais as consequências político-eleitorais que um ato desses acarretaria? Só o político enxerga ou deve enxergar a totalidade.

Mas além de ouvir, de aprender com aqueles que vivem e com aqueles que pensaram a realidade, é preciso apreciar os efeitos da decisão política no tempo. Nesse particular, o político que se limita, como um jornalista, a enxergar o dia-a-dia, a fazer a crônica dos acontecimentos - e esta é uma tentação enorme de todo político, e eu diria, é uma tentação muito grande dos parlamentares - está caminhando a uma velocidade grande numa estrada não iluminada e com os faróis apagados. Ele não enxerga o prazo médio e corre o risco de acidente.

A tentação de apenas ver o dia-a-dia, de tomar a decisão em função do problema atual, presente, sem medir as consequências, já não digo para a próxima geração, mas para os próximos anos, é muito freqüente. É preciso estar advertido contra isso, porque a tendência geral é no sentido de limitar o político ao momento presente ou, pelo menos, ao horizonte do mandato. "Para que vou me preocupar com o futuro, pois não irei beneficiar-me ir aparecer aos olhos do público no aquilo do meu sucessor? É inútil, pois não irei beneficiar-me com isso". No entanto, é exatamente aquilo que disse Winston Churchill: "O político medíocre preocupa-se com as próximas eleições, o verdadeiro estadista preocupa-se com as próximas gerações."

A perspectiva é muito diferente. Ora, ainda aí, o sistema institucional brasileiro apresenta uma falha considerável que até hoje não foi sentida: a estrutura dos poderes é voltada não somente para o momento presente, ou, quando muito, o prazo do mandato é voltado para os negócios correntes, para a administração. Na estrutura atual dos poderes, tudo converge para o Executivo. O Executivo, como acontecia na configuração altamente teórica do século XVIII, não apenas executa, mas, também, legisla e, muitas vezes, julga. No entanto, o Executivo não prevê. Não há planejamento a longo prazo, tudo se passa como se a vida política terminasse no último dia do mandato. Nada mais é preciso fazer, a não ser cumprir as tarefas do dia-a-dia e encaminhar as soluções das questões para esse término natural das coisas, que é o fim de mandato. Seria preciso criarmos na estrutura de poderes um órgão que não se preocupasse com a conjuntura, mas que fosse o grande cérebro de previsão e de programação do governo e da sociedade como um todo para o futuro, que fosse um órgão de planejamento.

Sei que a planificação propaganda por liberal atual tornou a palavra planejamento obscena, hoje já não se fala em planejamento, porque, por força do mau hábito, entendeu-se que planejamento é sinônimo de estatização. Não há nada de mais errôneo e de mais funesto do que essa confusão. Todos nós, na nossa modesta atividade individual familiar, somos obrigados a prever, somos obrigados a programar as nossas atividades. Somos obrigados a prever o futuro dos nossos filhos e, mais ou menos, encaminhá-los a programar suas atividades.

No entanto, é ignorante no governo que isso não acontece. É só no governo que tudo se passa como se pudéssemos ignorar o futuro, como se o futuro fosse o domínio das trevas, como se estivesse envoltos nas brumas de Avalon e não houvesse nenhuma possibilidade de dirigirmos a sociedade para esse futuro que é, apesar de tudo, inevitável. Precisamos entender que o processo decisório não se esgota na solução dos casos correntes. O processo decisório não se limita a problemas de conjunturas. As grandes decisões políticas são justamente as decisões a longo prazo.

Ora, se tudo isso é verdade - e eu disse apenas a mínima parte daquilo que seria: preciso dizer sobre a importância da complexidade de todas as tarefas do governo -, podemos nos perguntar: se isso é assim, como é que deveremos orientar as instituições educacionais para a formação do político, para a formação dos governantes, seja, eles membros do Executivo, parlamentares, dirigentes de grandes corporações empresariais ou sindicais-trabalhistas? Por que todos eles influenciaram na formação governamental. Isso significa indagarmos sobre o método da formação de governantes. Segundo, aí, é uma palavra de origem grega, que significa caminho. Qual é o caminho que devemos seguir para educar os futuros governantes? Numa modestíssima experiência que iniciamos em São Paulo, há seis anos, conseguimos vislumbrar a necessidade de uma dupla orientação nesse trabalho de orientação política: o aprendizado técnico e a formação ética. Não são duas coisas disjuntas, mas intimamente ligadas. Em que consiste o aprendizado técnico para o político? Antes de mais nada, consiste em saber de tudo um pouco. O grande especialista não é necessariamente o grande político, mas o grande político é aquele que não se encontra isolado ou estranho no campo de nenhuma especialidade. E preciso, portanto, que, numa formação de pessoal político, numa formação de pessoal dirigente, sejamos dando noções fundamentais sobre aqueles campos da atividade humana onde ele é chamado a tomar decisões, por exemplo, o campo econômico-financeiro, a realidade político-administrativa. O político não precisa ser um economista em direito constitucional ou direito administrativo, mas precisa ter pelo menos os rudimentos desses princípios constitucionais e administrativos, precisa saber a importância de um orçamento público e quais as consequências do descumprimento das normas que regem as licitações públicas, por exemplo. Precisa ter um conhecimento, ainda que elementar, dos direitos humanos, daquilo que está escrito na Constituição Brasileira, não como declamação, mas como norma impositiva. Precisa saber como funciona o mecanismo de relacionamento entre os poderes e quais as consequências de um extravasamento de competência. Mas ele precisa integrar tudo isso no conjunto. O político é um generalista. Essa é sua grande exigência.

É a sua vocação. Ele tem o dever de ser um generalista. Ele pode vir de uma especialidade, e isso é muito comum. Conhecemos bom número de grandes políticos que vieram de uma especialidade determinada.

Mas todos eles souberam transcender a sua especialidade. Além disso, aprendizado técnico significa saber informar-se sobre tudo. Nesse aspecto o político se aproxima do jornalista. O jornalista também não conhece tudo aquilo sobre o que fala e informa ao público, mas sabe onde se informar. Ele sabe quem sabe. Tivemos, há algumas décadas, um ilustre Presidente da República, eleito triunfalmente, que chegou a Brasília sem o mínimo conhecimento das grandes personalidades deste País. Era o típico provinciano, o homem do pequeno círculo de amigos, que não tinha a menor idéia de onde obter uma boa informação sobre qualquer assunto.

Muitas vezes, essa capacidade de se informar é, por assim dizer, inata e torna o político um homem que o povo em geral aponta como esperto. Ele é ignorante, mas acaba aprendendo. Não devemos ter nenhuma vergonha disso. Ao contrário, é preciso sistematizar essa capacidade de informação. Todos sabem, no trabalho parlamentar, quem são os parlamentares que aprendem com rapidez sobre qualquer assunto. São justamente aqueles que sabem a quem consultar, sabem onde encontrar as informações. Além disso - e aí entro num ponto agudo da nossa política atual -, é preciso desconfiar até à morte dos modismos políticos. Já passei da idade juvenil para a idade procvecta, e lembro-me muito bem dos modismos anteriores a esses que hoje estão em vigor.

Houve uma época, a minha juventude, em que só jurava pela estatização, pela planificação rigorosa, impositiva pela socialização de tudo. Hoje , como todos sabem, o modismo é exatamente o oposto. Hoje, falar-se em estatização é um impropriedade. Hoje, exigir-se um mínimo de racionalidade e de previsão administrativa, como eu disse há pouco, é um descalabro. É quase como crime político. Tudo isso porque fomos incapazes de raciocinar e de julgar. Continuamos a viver politicamente como se vivêssemos às modas. Existem as modas do vestuário, da canção popular, do futebol. A política também é sujeita às modas. Só que o verdadeiro político não pode ceder aos modismos. Ele deve guardar sempre consigo uma reserva especial de crítica àquilo que está na ordem do dia, porque as coisas que estão na ordem do dia passam rapidamente, como, aliás, passam os dias.

O grande político não se deixa fascinar pelos modismos, como também não se deixa fascinar pelos extremos. A nossa tendência - e isso não é um privilégio brasileiro - é proceder politicamente como um jogo de balança. Se não deu certo uma orientação governamental, passamos ao extremo oposto. Continuamos enfrentando os mesmos problemas do século passado. É preciso mudar radicalmente a orientação.

Ora, os extremismos são a negação da atividade política, porque a grande virtude do político é a justiça, naquilo que tem de mais simbólico, que é a balança. É preciso equilibrar os fatos. E preciso entender que a vida é toda feita de equilíbrio. O nosso organismo, o organismo humano, é submetido ao chamado equilíbrio homeostático.

Tudo na vida tende à harmonia, e o processo de destruição da vida é justamente um processo de desequilíbrio crescente. O extremismo é, portanto, a negação da grande virtude política que é a procura da harmonia.

Essas, a nosso ver, são as grandes orientações técnicas que têm de ser passadas aos alunos de uma escola de governo, mas há também a formação ética. O que significa a formação ética? Significa, antes de mais nada, a sensibilidade para as grandes necessidades objetivas do povo. Digo sensibilidade, porque isso não se aprende lendo estatísticas. Podemos perfeitamente ler as estatísticas que mostram que o nosso País disputa encaminhadamente o primeiro lugar no desequilíbrio de repartição de renda com o Estado africano de Botswana. Isso pode dar ensejo a dissertações acadêmicas, mas não é isso que vai necessariamente comandar a decisão política.

É preciso sentir o que há de moral nessa realidade, o que há de crueldade acumulada, transmitida de geração para geração, como a escravidão se transmitia também de geração para geração. Aquele que é incapaz de ter essa sensibilidade ética é o chamado louco moral. Aparentemente ele é sã, raciocina, expõe com clareza suas idéias, fala muito bem até, mas não consegue enxergar o que está acontecendo, porque tem a sua vida de suas funções de percepção embotadas. Ele não sente eticamente o escândalo, a não ser quando o escândalo atinge o seu irmão, a sua mulher, o seu pai, seus familiares, seus amigos, seus coreligionários, etc. Ele não sente que o grande escândalo é o fato de que continuamos nesse final do século XX como campeões da desigualdade social, por exemplo. A formação ética é também a compreensão da alma do povo, das suas peculiaridades, das suas idiossincrasias, das suas simpatias, das suas fraquezas e das suas paixões. Compreender a alma do povo é muito difícil para os intelectuais, e é por isso mesmo que raramente os intelectuais são bons políticos. Compreender a alma do povo significa colocar-se no mesmo nível, sem superioridades, sem doutorices, sem arrogâncias; significa falar de igual para igual, e sobretudo ouvir.

Costuma-se dizer que o político fala muito, como o professor, aliás, que eu sou, mas uma das grandes virtudes do político é saber ouvir e, muitas vezes, entender por meias-palavras. Quero lembrar uma lição importante que nos vem a esse respeito no Evangelho. Sei que ultimamente temos sido intoxicados por certa demagogia religiosa com grandes efeitos econômicos e políticos, mas o Evangelho, graças a Deus, está acima de tudo isso.

Na parábola do samaritano - lembram-se da contextual - , quem fez a pergunta e Jesus foi um doutor da lei, alguém que dava lições, e não se debia. Como? -, quem fez a parábola? E preciso aprender com quem?

Não só com o homem do povo, mas também com o renegado, o excluído, o subversivo, o escandaloso; aprender com eles, porque, muitas vezes, têm algo a nos ensinar.

E preciso ter sensibilidade para perceber as grandes necessidades objetivas do povo, compreender a alma do povo e, finalmente, cultivar os grandes valores republicanos e democráticos. Citarei apenas dois: no campo republicano, como a própria história indica, a superioridade do bem comum sobre os interesses particulares de classes sociais, de regiões geoeconômicas, de setores produtivos, de organizações religiosas ou corporativas.

Portanto, a república é um esforço contínuo de sobreposição do bem comum aos interesses particulares, e particular é aquilo que é objeto de propriedade. A república, nesse aspecto, é anti-propriedade. O principal é aquilo que é da comunidade. É preciso dizer que, nesse aspecto, muita coisa há de ser feita no campo educacional. A mentalidade histórica brasileira é no sentido anti-republicano.

O primeiro historiador do Brasil, Frei Vicente de Salvador, nos capítulos iniciais ae seu livro publicado em 1627, dizia: "ninguém, nenhum homem nesta terra é repúblico, nem cuida e zela do bem comum, mas cada um do seu interesse particular". Esta é uma sina que nos persegue, e contra a qual precisamos lutar. Desde a escola primária, desde a primeira educação familiar, o que é da comunidade passa na frente daquilo que é próprio, do indivíduo, da família, da corporação, da região. Qual a grande virtude democrática? É o cultivo da santíssima trindade democrática: a liberdade, a igualdade e a solidariedade.

Neste Brasil querido, precisamos, sobretudo, dar ênfase à igualdade. A grande moléstia que nos acomete desde o descobrimento, agravada até depois da independência, é a desigualdade. Não nos consideramos um povo de iguais, apesar das aparências. Sempre mantemos a discriminação e a exploração cordiais. Tratamos razoavelmente bem os outros, mas "cada macaco no seu galho"; cada um no seu lugar. Fulano é negro, então não pode passar acima do branco. É mulher, não pode ser superior ao homem. É pobre, então está abaixo de todos.

Devo dizer que o grande preconceito brasileiro, como disse, aliás, e não se cansa de dizer Darcy Ribeiro, é em relação à pobreza e, é, muitas vezes, mais forte e mais pernicioso do que o preconceito racial. Do preconceito racial, nós, ainda, podemos escapar - quando nos tornamos ricos, por exemplo -, mas, da pobreza, dificilmente, alguém escapa, nesse julgamento sem recurso, sem apelação.

Justamente pela desigualdade contínua, marcada, que está nos nossos corações antes de estar na realidade social de todos os dias, é que não conseguimos chegar àquela chave de abóboda de toda a organização democrática, que é a solidariedade. Esta representa o exercício da justiça social, e isso é preciso atender, antes de mais nada, ao fraco, ao humilhado, ao excluído. Eles devem ser atendidos em primeiro lugar. Depois, se houver tempo, recursos, aos outros, que já tiveram satisfação neste mundo - como diz, ainda, o Evangelho: "não é deles que devemos cuidar".

Ora, um dos modismos atuais consiste em negar a solidariedade. Em nome da espontaneidade de mercado, da liberdade de criar, excluímos de nossas preocupações qualquer análise do problema da falta de entrosamento na nossa sociedade. Mais uma vez, a etimologia nos é preciosa: solidário, em latim, significa total, ou seja, quem não cuida da parte mais fraca do organismo está contribuindo para desagregá-lo. Uma sociedade e um governo que não manifestam positivamente as virtudes e as exigências da solidariedade social tendem a destruir a tessitura da sociedade.

Com isso, os senhores podem ver - e é com isso que termino -: voltamos ao paradoxo inicial. Ele pode ser expresso de outra forma: a política é a mais importante e a mais nobre de todas as atividades humanas; no entanto, para o exercício da atividade política, não há a menor preparação. Nós nos preocupamos com a formação universitária e o diploma oficial do médico, do advogado, do contábil, do economista, do sociólogo, do enfermeiro, etc. É justa essa preocupação, são profissões cujo exercício se dá em função do interesse alheio, portanto têm repercussão coletiva. Mas a política é a atividade que tem a maior repercussão sobre a coletividade. É mais importante mais decisiva, pois define o futuro da sociedade, dos nossos filhos, netos e de todas as gerações futuras.

Ora, mantemos, até hoje, essa possibilidade terrível de ter como agentes políticos verdadeiros perigos públicos, que não têm a menor preparação técnica nem a mínima formação ética. Já não é um paradoxo. É quase um crime. É, portanto, nessa perspectiva, que essa iniciativa da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, repito, é das mais auspiciosas. Oxalá essa iniciativa seja ouvida e sentida em todo o Brasil, para sacudir o nosso torpor, abrir os olhos da população e dos governantes para a necessidade, adiada desde o descobrimento do Brasil, de governantes habilitados a nos pilotar, a nos conduzir aos objetivos que a sociedade como um todo deve decidir. Muito obrigado.